



## Formação em Serviço Social à distância: um estudo acerca da sua configuração no âmbito do Rio Grande do Sul

Maibí de Araújo Velasque<sup>1</sup>, Ana Lúcia Suárez Maciel<sup>2</sup>

*Faculdade de Serviço Social, PUCRS, 1-Bolsista  
Faculdade de Serviço Social, PUCRS, 2-Orientadora*

### **Resumo**

Na década de 1990 houve grandes alterações na política de educação no Brasil, destacando-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) que incentiva a modalidade de ensino a distância (EAD). Na área do Serviço Social, existem 198 Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos nessa modalidade (INEP, 2012). Constatou-se que a institucionalização do EAD vem alterando a lógica de operacionalização da formação na área, instaurando movimentos da categoria questionando essa modalidade que, também, apresenta escassa produção científica e pouco conhecimento sobre a sua operacionalização.

A pesquisa tem como problema: Como está configurada a formação em Serviço Social, na modalidade à distância, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2011? O objetivo geral propõe-se a compreender, de forma crítica e analítica, a configuração da formação em Serviço Social, na modalidade à distância, no âmbito do RS no período de 2010 a 2011. A metodologia contemplou: análise da legislação do EAD no Brasil e de documentos relacionados ao mesmo no âmbito do Serviço Social; revisão de literatura e realização de entrevista com representantes do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. Para a análise de conteúdo dos documentos, elegeu-se a metodologia de Pagés et al (1990). Salienta-se que nenhuma das instituições que ofertam o Curso nessa modalidade aceitou participar da pesquisa, o que incidiu no redesenho da sua metodologia e comprometeu os dados finais da mesma.

Os resultados preliminares são: a) mapeamento da literatura: 2 livros, 3 artigos em revistas, 23 artigos em anais de congressos e 2 dissertações de mestrado; b) na entrevista, emergiram como principais demandas do CRESS: fiscalização dos estágios curriculares, orientação aos profissionais (obrigatoriedade de assumir a supervisão de estágios dessa modalidade, a informação se as instituições de ensino superior estão autorizadas para ofertar o curso e formação de tutores), acolhida dos alunos em razão da falta de bibliotecas ou atraso no recebimento dos materiais didáticos. Quanto à percepção da modalidade, as representantes referiram que há desconhecimento acerca da mesma e que as fragilidades vêm sendo sanadas pelo Ministério da Educação. Em termos das principais diferenças entre a modalidade EAD e a presencial, afirmaram que há pontos positivos e negativos em ambas, e que às principais exigências são a qualidade dessa modalidade e o posicionamento institucional.